

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BERENICE APARECIDA CARNEIRO

**UMA ANÁLISE DO CONTEXTO ATUAL DA COMUNIDADE TRADICIONAL DA
PONTA DO POÇO, PONTAL DO PARANÁ**

PONTAL DO PARANÁ

2021

BERENICE APARECIDA CARNEIRO

**UMA ANÁLISE DO CONTEXTO ATUAL DA COMUNIDADE TRADICIONAL DA
PONTA DO POÇO, PONTAL DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Gestão Ambiental da Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharela.

Orientadora: Dra. Liliani Marília Tiepolo

PONTAL DO PARANÁ

2021

RESUMO

Este trabalho pretende apresentar como a influência e a especulação pela abertura de um complexo portuário no Município de Pontal do Paraná modificou toda a situação sócio-econômica de uma comunidade. Em 2004, Allan Paul Krelling apresentou para conclusão do curso de Ciências do Mar, a caracterização sócio-ambiental da Ponta do Poço, porém atualmente, apenas dezessete anos após sua pesquisa, a comunidade deixou de existir, toda a cultura e singularidade que tivemos a oportunidade de ver no trabalho de Krelling foi extinta. Durante o curso de Gestão Ambiental pudemos acompanhar os ataques e como a possibilidade pela abertura do porto retirou os moradores de suas casas e vidas, fazendo-os se mudarem, e transformando hoje a Ponta do Poço em ruínas do que um dia foi a vida e os costumes de uma comunidade com características tradicionais. Este trabalho tem a intenção de mostrar, a partir da pesquisa de Krelling, que contextualiza a história da Ponta do Poço, uma breve releitura do EIARIMA do Terminal Portuário finalizando com alguns relatos de ex-moradores de lá, que ainda se sentem como parte da comunidade, e que esperam que possam retornar para o que um dia tiveram.

Palavras chave: Pesquisa Social; Porto Pontal do Paraná; Comunidade Ponta do Poço.

ABSTRACT

This work intends to present how the influence of the opening of a port complex changed the entire socio-economic situation of a population, to the point of almost total non-existence. In 2004, Allan Paul Krelling presented the socio-environmental characterization of Ponta do Poço for the conclusion of the Marine Sciences course, but currently, only seventeen years after his research, the community has ceased to exist, all the culture and uniqueness that we can see in Krelling's work it was extinguished, during the Environmental Management course we were able to follow the attacks and how the opening of the port removed the residents from their homes and lives, making them move, and today transforming Ponta do Poço in ruins than a day was life. Our work intends to show Krelling's study, which brings the history of Ponta do Poço, a brief re-reading of EAIRIMA of the Port Terminal, ending with some reports of former residents there, who still feel like part of the community, and who they hope they can return to what they once had.

Keywords: Social Research; Porto Pontal do Paraná; Ponta do Poço Community.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	7
	2.1 Conhecendo Pontal do Paraná.....	7
	2.2 A Ponta do Poço.....	9
	2.3 A implantação do projeto do Porto e a Ponta do Poço hoje.....	11
3	METODOLOGIA.....	13
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	14
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

Pontal do Paraná, um município de apenas vinte e cinco anos, possui uma riqueza natural inserida no Bioma Mata Atlântica, um dos mais ameaçados do planeta e por isso considerado *hotspot* mundial de biodiversidade (Meyers et al. 2000), com destaque para a extensa faixa de planície onde se desenvolvem restingas, manguezais e florestas de terras baixas (Roderjan et al. 2002). É também o lugar de moradia de pescadores e pescadoras artesanais, notavelmente caiçaras¹, e de uma população que colonizou todos os seus balneários, vindos de outras cidades do litoral, especialmente Paranaguá mas a maioria vinda de fora do litoral do Paraná.

Como comarca de Paranaguá, o município foi povoado do Sudeste para o que consideramos a entrada do balneário hoje. É necessário salientar que nosso objeto de estudo é a Ponta do Poço, considerado o último balneário do nosso município. Porém, na realidade, foi um dos primeiros a serem colonizados, já que diferente do que se propaga, os primeiros moradores do município seguiram a rota de Pontal do Sul para Praia de Leste e não ao contrário, já que o transporte de Paranaguá para Pontal do Sul era feito através de barcos, não existindo ainda acesso para as praias hoje mais conhecidas por meio de rodovias e estradas.

Faz-se relevante tratar deste povoamento porque opera em nível local muitas forças econômicas com destaque advindas de um empresário paranaense, que há anos intenciona construir um porto no local, o Porto de Pontal. Os estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental, realizados com a intenção de obter as licenças ambientais, desconsideraram em grande medida este aspecto: os moradores da Ponta do Poço representam uma das primeiras comunidades tradicionais a ocupar Pontal do Paraná, há mais de 100 anos, portanto além de seus aspectos socioculturais, seu valor histórico é diminuído, senão apagado. Também destacamos que esta mesma comunidade tradicional já sofreu os impactos de outra grande

1

O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani *caá-içara* (Sampaio, 1987), que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores e, mais tarde, para identificar o morador de Cananéia (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1992). Posteriormente, passou a ser o nome dado a todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 1988).

empresa, a Techint, uma empresa ítalo-argentina do ramo de engenharia e construção de plataformas para exploração de petróleo, e que está localizada no município de Pontal do Paraná desde 1985.

O Decreto nº 6040/2007 define povos e comunidades tradicionais e territórios tradicionais:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Territórios Tradicionais são os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.

Considerando a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, consideramos que o empreendimento Porto de Pontal violou diversos direitos fundamentais desta comunidade, a ponto de praticamente extinguí-las. Pouca ou nenhuma importância fora dada ao seu valor social, cultural, socioambiental e histórico. Esta pesquisa tem por finalidade apresentar a vulnerabilidade social da comunidade pesqueira do balneário Ponta do Poço no município de Pontal do Paraná e os impactos sinérgicos causados pela implantação de equipamentos portuários e industriais retro portuárias, influenciando o cenário socioeconômico e ambiental da região, com relação ao que era comunidade em 2004, utilizando-se como base o estudo de Krelling (2004). A falácia de desenvolvimento local e regional disseminada para a implantação de mega projetos do capital em áreas sócio-naturais ocupadas por comunidades tradicionais, por sua vez, ocultam as consequências reais dos processos que criam. Esta pesquisa pretende apresentar essas consequências dando voz ao morador local, aquele que sabe que foi atingido intensamente por tal construção. O principal objetivo do nosso trabalho foi identificar os impactos sociais da instalação portuária no município de Pontal do Paraná, e os efeitos sobre o modo de vida da comunidade pesqueira do balneário Ponta do Poço. Para chegarmos a esse objetivo, pretendemos dividir esta pesquisa em três partes, na primeira parte iremos descrever

o nosso objeto de pesquisa e de que forma ocorrerá o processo de implantação dos empreendimentos portuários na região por meio da revisão de literatura, no segundo momento apresentaremos um apanhado histórico da comunidade, viabilizando a importância deles se considerarem uma comunidade, a fim de compreender que existem legislações que os protegem, não apenas o lugar, como a população que lá viveu. Em consequência na terceira parte iremos apresentar as legislações ambientais vigentes para a proteção daquela comunidade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Conhecendo Pontal do Paraná

Partindo de Bigarella (1999), podemos apontar que as estradas existentes antes da praia utilizadas por turistas, portanto, somente contornavam a Planície de Praia de Leste, e o único ponto em que havia uma aproximação da orla oceânica, por contingência topográfica, era a oeste da ponta em que se desenvolveria Matinhos. Estes traçados de vias de comunicação são, é claro, o testemunho das relações socioeconômicas que vieram se acumulando até o século XX, mas são, também, dados nos mostram que o desinteresse pelas orlas praianas antes dos usos balneários, fez com que a planície costeira paranaense restasse, até o início dos anos 1920, sem especulações imobiliárias, sendo assim convivendo apenas seus moradores originais os caiçaras, descendentes dos primeiros colonizadores e dos Carijós, que aqui habitavam quando de sua chegada (SOARES, 1999 *apud* Sampaio 2006).

O Município de Pontal do Paraná se encontra na microrregião Litoral do Estado do Paraná, que se compõe por sete municípios (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes, Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná), e que se localiza, com pequenas extrapolações, entre as latitudes 25° e 26°S e as longitudes 48° e 49°O (Figura 1).

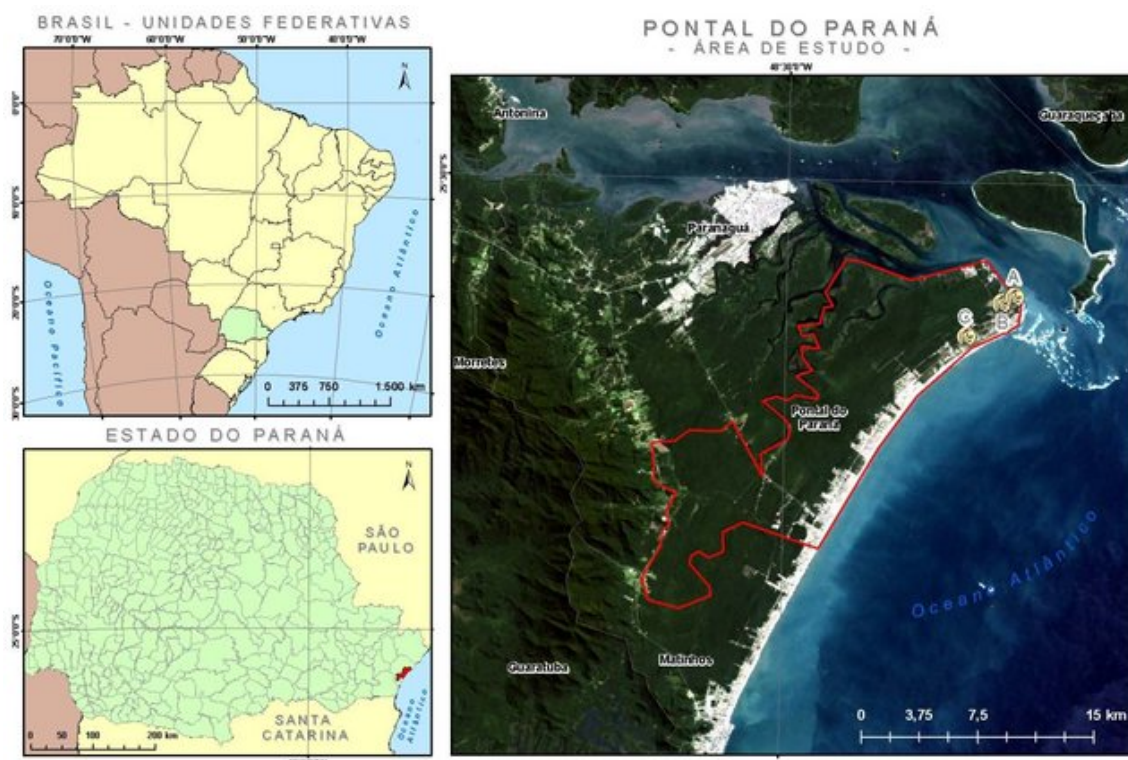


Figura 1: Localização do Município de Pontal do Paraná. Fonte: Manuela Dal Forno (2009).

Como é possível ver na Figura 1 acima, Pontal do Paraná faz divisas com os municípios de Paranaguá chegando a borda da Serra da Prata, a oeste, e de Matinhos ao sul; a leste é margeado pelo oceano Atlântico e, ao norte, pela baía de Paranaguá. A distância rodoviária entre Curitiba, capital do Estado, e Praia de Leste, ponto da orla oceânica mais próximo da capital, é de aproximadamente 100km (DER, 2005).

Depois de constituído município, o mesmo pouco incentivou o turismo de veraneio e a pesca artesanal, que era típica da cultura local. No lugar disso, incentivou a vinda de empresas estrangeiras com a promessa de gerar empregos para a população residente. Porém, a partir da vivência e das observações da autora deste estudo, que também é moradora no município, o que os moradores vivenciaram foi apenas um número maçante de moradores nômades que vinham de outros estados para trabalhar nas empresas, e assim que terminavam seus serviços voltavam a suas terras natais, deixando o município sem uma estabilidade financeira, além de outros impactos de origem social, como o abandono de famílias que foram criadas neste intervalo de tempo de permanência de alguns trabalhadores.

Escrevendo esse estudo em 2021, podemos dizer que, como moradores estamos passando por uma das piores fases econômicas do município, para além da

pandemia de Covid-19. Em grande parte esse fato ocorre pelas inúmeras gestões sem preocupação com as potencialidades do Município, como por exemplo suas belezas naturais, o turismo como fonte rentável para a população e a valorização da cultura local. Exemplo disso é a idealização de políticos locais e estaduais em implantar um porto seco há poucos metros do Porto de Paranaguá, dando uma falsa esperança de crescimento e geração de emprego para uma comunidade, que há vinte e cinco anos espera iludida por esse “crescimento”. Neste trabalho consideramos que o desenvolvimento do município só é possível com a valorização do patrimônio histórico, cultural e natural em nível local, e que este desenvolvimento pode ser alcançado sem que seja necessário incentivar empreendimentos de alto impacto social e ambiental.

2.2 A Ponta do Poço

Krelling (2004) inicia o capítulo sobre a apresentação socioeconômica da comunidade, apontando que ela se adentra ao balneário Pontal do Sul, a partir de dados que foram apontados no censo de 2000. O autor apontou que o número indicado no censo colocava a população da Ponta do Poço como sendo moradores de Pontal do Sul, e a comunidade estava, na época, inserida no setor censitário 1, representando aproximadamente um terço da população e residências.

Segundo Krelling, em 2004 a Comunidade da Ponta do Poço possuía 22 casas na Ponta do Poço, 16 (48 residentes) na vila de pescadores e 6 no Cachaçal (21 moradores), um total de 69 pessoas. A população masculina era um pouco mais alta do que a de mulheres. No entanto, entre as pessoas com mais de 65 anos, todas as pessoas eram mulheres. A maior parte da população tinha entre 15 e 64 anos (78%). Existiam residências vagas na área da Ponta do Poço. A partir desta informação, junto com o relatório do censo de 2000, mostra que há mais famílias na área no ano do censo, por conta de um acordo. Na época, a população média da Ponta do Poço era 3,13, sendo o local de residência inferior ao do estado (3,56), e ao litoral geral (3,65) e os municípios (3,34). Na Vila de Pescadores, o número de residentes por agregado familiar era de 3,00, enquanto no Cachaçal era de 3,50.

Sobre a escolaridade dos moradores, Krelling (2004), entrevistou apenas maiores de dezesseis anos, e, seus resultados indicavam números baixos, sendo que 14% dos moradores nunca frequentaram a escola, 49% dos entrevistados estudaram

o que hoje chamamos por fundamental I, 14% estudaram o fundamental II e apenas 9% cursaram o ensino médio.

Na pesquisa de Krelling (2004), ele apresenta que os moradores, quando não nascido lá possuíam origem relativamente próxima, de dentro da baía de Paranaguá, advindos de outras ilhas por exemplo, o que, no nosso entendimento, revela a forte característica caiçara da comunidade. Sobre a renda dos moradores, ele apresentou que a maioria vivia apenas com um salário mínimo, porém a grande maioria era proprietária da casa. Este fato, é importante ressaltar, já que os mesmos foram realocados devido às especulações sobre a possibilidade da implantação de um porto. Krelling menciona o tempo em que os moradores viviam na terra, em 2004, quando o pesquisador fez as entrevistas, mais de 40% dos moradores habitavam a comunidade há mais de vinte anos, sendo que, da população mais nova formada por “não nativos” (designação para aqueles que vem de fora da comunidade) eles vieram de outras regiões por causa do casamento com moradores.

Para Krelling (2004) as profissões dos moradores do chefe do agregado familiar, verificava-se que 50% dos entrevistados eram pescadores e eram todos moradores da região Vila de Pescadores, seguida de 18% dos comerciantes (barmanistas) e 9% de aposentados. Os 23% restantes eram classificados como “outros”, incluindo diferentes ocupações, como pedreiro, jardineiro, reparador de pneus, guarda e serviço geral.

Pensando que nessa seção do artigo falamos de um estudo de 2004, dezoito anos atrás, apesar das consequências terem vindo em cascata nos últimos anos, desde aquela época já era tratada a “construção do porto” e Krelling (2004) mostra que levando em conta apenas os 60% de nativos a favor da construção de um porto na área, 83% diziam ser interessante devido à geração de empregos e os outros 17% não sabiam por que seria bom. Da parte da população nativa que acredita ser interessante o desenvolvimento do potencial portuário da região para si mesmo, 60% dizia ser prejudicado devido à possibilidade de prejuízos da pesca e 20% ainda acreditam que a poluição seria o maior prejuízo e os 20% restantes diziam não saber por que seria prejudicial. Quanto à população que acreditava ser prejudicial uma possível construção de um porto na região, 75% acreditam que não se deveria fazer nada, mantendo a conservação da área. Já para os «não nativos», os que são a favor, todos acreditavam ser bom pela geração de empregos e ruim pela perda de pesca, seguindo a mesma característica dos “nativos”. E todos os “não nativos” contra a

possível construção na região diziam só acreditar nos malefícios e no prejuízo da perda da pesca e das belezas naturais. Quanto aos benefícios e malefícios para o total da população das duas vilas, os resultados não diferiram muito, apresentando 59% que acreditam que o principal benefício é a geração de empregos e 41% acredita que a população sairia perdendo com a impossibilidade de pescar.

2.3 A implementação do projeto do Porto e a Ponta do Poço nos dias atuais

A partir de pedido da Dra Priscila Cavalcanti, Promotora Pública do Estado do Paraná alocada na regional de Paranaguá, foi apresentado uma análise dos aspectos relacionados às comunidades tradicionais pesqueiras presentes no "Estudo de Impacto Ambiental EIA do Terminal Portuário localizado no município de Pontal do Paraná, PR" elaborado pela AMB Planejamento Ambiental e Biotecnologia Ltda, que tinha como objetivo apresentar os impactos sociais para a comunidade pesqueira, que vive na área de implementação do porto.

Dados importantes, que valem ser elencados no trabalho e que encontramos no EIA do Terminal, foi a apresentação da comunidade socioeconômica:

- a) a existência de 40 famílias, em torno de 150 pessoas, e de 44 casas, duas em construção e duas pertencentes a turistas;
- b) a inexistência de coleta de lixo, sendo este enterrado ou queimado;
- c) inexistência de posto de saúde;
- d) inexistência de creche e atendimento apenas de crianças da quarta série na escola primária por falta de professores;
- e) sistema de abastecimento de água realizado por poços artesianos;
- f) ligação à rede elétrica há mais de vinte anos (Estudo de Impacto Ambiental, volume 5, p. 532).

Além de apresentar os dados dos moradores "atuais" da Ponta do Poço, o trabalho também apresentava o número de pescadores atuantes na comunidade, aproximadamente 15 homens, e cinco mulheres que tinham como sua renda fixa a pesca artesanal.

É possível encontrar no EIA como a comunidade da Ponta do Poço sofreu sua extinção, no momento de pré-implantação do projeto do Porto Pontal. O documento

apresenta que ocorreram dois processos de remoção: uma parte em 2003 e a outra em 2007, conforme o EIA:

Tal como descrito no diagnóstico, o processo de remoção da população que ocupava parte da área diretamente afetada (ADA) já ocorreu. Este processo teve duas fases: na primeira, em 2003, saíram da área um titular de posse e vários membros de sua família, um pescador, e três pessoas que ocupavam as casas com fim de descanso. A maioria destas pessoas foi reassentada nas proximidades do late Clube, em Pontal do Sul, tendo recebido terreno e casa nova em propriedade (seis casas, no total), e indenização em dinheiro. Ademais, foi construída uma igreja similar à existente na ADA. A segunda fase teve lugar em janeiro de 2007, com a remoção de quatro grandes grupos familiares, dos quais a maior parte dos seus membros (posseiros e filhos) foi reassentada em 16 casas construídas a beira do Canal do DNOS, próximo ao Porto de Embarque para a Ilha do Mel, em Pontal do Sul. Outros quatro moradores foram assentados em outros locais de Pontal do Sul. Um morador foi assentado no balneário Grajaú, de Pontal do Paraná e outro em Paranaguá. Todos segundo suas preferências. A saída das pessoas de uma das posses que, no momento, não entraram no acordo coletivo e outras duas que estavam esperando um terreno noutra localização foi resolvida meses depois (Estudo de Impacto Ambiental, v. 7, p. 4 e 5).

Na sequência encontramos como ocorreu as retiradas, por processo judicial tentando agradar ambas as partes, após muitas discussões e acordos, chegou-se a um acordo que viabilizava para os dois lados os desejos. Porém como sabemos, não foi como documentado, vale ressaltar também que apesar de serem remanejados para onde gostariam, não há dúvidas de que houve a perda incalculável do saber tradicional, de uma comunidade e sua tradição caiçara, mostrando mais uma vez como o que muitos chamam de “progresso” extingue a identidade local do morador e todas as suas subjetividades, valores intrínsecos e importância histórico-cultural que só fazem sentido quando analisadas a partir do viver em comunidade. É neste sentido que consideramos que não há acordos que paguem o valor da história da comunidade que foi apagada, além de todas as bibliotecas vivas de saberes tradicionais tendo sua identidade retirada do seu lugar de vivência para que um projeto de porto, em nossa vista, desnecessário, possa ser construído.

É interessante se observar que ao longo do EIA da aplicabilidade do Porto, é referido a Ponta do Poço como uma área diretamente afetada (ADA). Ou seja, toda a riqueza histórica, social e cultural da comunidade é reduzida ao termo “área diretamente afetada”. Hoje, os moradores que ainda resistem, vivem com medo,

porque como eles percebem, chegará o momento em que eles também serão expulsos de suas terras, o que muitos não concordam, para dar lugar a implementação de um porto, que muitos estudos comprovam que é extremamente desnecessário.

3 METODOLOGIA

A metodologia selecionada para essa pesquisa foi desenhada a partir da experiência de vida da autora do trabalho, que é moradora do município de Pontal do Paraná e pode realizar várias idas a área de estudo ao longo dos últimos anos, utilizando-se da técnica da pesquisa de campo. Baldin e Munhoz (2011) apontam que a pesquisa de campo, principalmente aquela em ambientes comunitários é uma maneira de investigação sociocultural que exige a utilização de um conjunto de procedimentos e normas que possibilitam a organização e a produção do conhecimento. Ainda Baldin e Munhoz (2011), mostram de que forma o caderno de campo funciona como um instrumento para descrição, de captura dos detalhes que registram comportamento verbal e não verbal composição de observações iniciais e de futura análise.

O caderno é um método muito usado para registro de informações e vivências. Em nossa pesquisa ele será utilizado durante todo o estudo, não somente para registrar as entrevistas, mas sim observações e dúvidas que surgirão durante as saídas de campo. A fim de identificar pela memória dos moradores da comunidade de Ponta do Poço, aspectos da sua cultura e ligação com os recursos ambientais.

Durante este trabalho de campo foi feita uma entrevista com uma das últimas famílias que ainda residem e resistem no local, com as seguintes questões:

- 1) O que significa a pesca para você?
- 2) Quais são os conflitos mais comuns que você vivencia na atividade pesqueira?
- 3) Como a pesca artesanal é afetada pela ideia do Porto Pontal?
- 4) Você consegue fazer alguma previsão dos impactos futuros do Porto Pontal para a cidade e para a sua atividade?
- 5) Já sentiu na prática algum efeito da vinda desse empreendimento portuário para cá?
- 6) Você concorda que pode sofrer algum dano material ou simbólico na sua vida pelo fato de ter um Porto tão perto?

O trabalho também foi baseado em pesquisa bibliográfica, especialmente no estudo de Alan Paul Krelling, intitulado “Caracterização sócio-cultural da Ponta do Poço, Pontal do Paraná, Paraná”. Trata-se de um Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências do Mar, da Universidade Federal do Paraná, defendido em 2014.

Usamos pesquisa documental para acessar o Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento e documentos disponíveis do Ministério Público do Estado do Paraná.

Por fim, foram colhidos alguns relatos de moradores da vila de Ponta do Poço com o intuito de recolher a história oral e apontarmos a história daquela comunidade narrada pelos próprios moradores, já incitando com o nosso trabalho a ideia de pertencimento naquela terra.

Segundo Minayo (1993) existem duas concepções que nos ajudam a fundamentar este estudo, a primeira concepção estuda a interpretação da cultura de Clifford, “dimensões subjetivas e posicionamentos de grupos, fala e ações mais amplas, cognição e sentimento entre outros aspectos”. Enquanto a segunda sistematiza o diálogo entre as concepções de hermenêutica e dialética.

Na primeira parte, será feito um apanhado histórico do espaço a ser estudado, e da relação temporal do nativo. Na segunda apresentaremos o plano de implementação do porto, elaborado sem o aval do morador local, publica que mais sofrerá as consequências, na terceira parte apresentaremos as legislações que protegem não apenas a vida vegetal, mas também a animal e humana, e na quarta parte falaremos sobre a relação do morador diante dessa situação, com o objetivo de gerar uma reflexão no mesmo, partindo da ideia de pertencimento e identidade socioambiental com aquele território.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nossa pesquisa apresenta um cunho antropológico-social, que visa narrar pela voz dos poucos moradores da Ponta do Poço como a ideia de um Porto em Pontal tem impactado a vida deles, lembrando que questionamos eles no início do ano de

2021, com questões todas baseadas sobre a abertura do porto e da subsistência através da pesca.

Krelling (2004), menciona que o município de Pontal do Paraná tem por característica de renda o turismo, porém a Ponta do Poço é visto com uma particularidade, já que é a partir daquela região que iniciam a criação de polos de construção, desde reformas de peças petrolíferas, até mesmo indústria de jaquetas, o que acontece é que são indústrias que veem, montam uma estrutura de grande porte, desmatando a região, impactando o meio biótico e ecológico e depois de algum tempo ignoram suas construções e seguem para outras áreas, como é possível ver estas instalações no TCC do autor.

Na pesquisa de Krelling (2004), é possível observar um arcabouço de conhecimentos sobre a Ponta do Poço entre os anos 2000 e 2004, já que o mesmo apresenta em sua pesquisa uma análise dos aspectos socioeconômicos do local.

Atualmente, residem cerca de três famílias considerando todos os problemas que serão elencados abaixo, e que já foram mencionados acima, a população passou por uma silenciosa expulsão de suas terras, restando apenas essas três famílias que são remanescentes caiçaras e outras cinco famílias que residem na região e trabalham próximos, na localidade de Cachaçal.

Krelling (2004), aponta sobre moradias desocupadas, esse é outro aspecto que atualmente não encontramos, já que quase tudo está loteado com placas de “Não ultrapasse, território privado”, porém como os moradores mesmos citaram tais lotes já pertencem ao empreendedor que visa a implantação do Porto.

Acompanhar o minucioso trabalho de Krelling (2004) em apresentar a comunidade mostra de forma contundente como se deu esta extinção da cultura local, já que de 2004 para cá os dados alteraram de forma abrupta, os moradores não chegam a vinte e cinco no total, isso mencionando aqueles que constituem parte da família porém, estão morando em Pontal do Sul, ou Shangri-lá. Tendo em vista essa visão, vale ressaltar em nosso trabalho que a pesquisa do Krelling (2004), apesar de enriquecedora, é parte de uma história que não se faz mais presente naquela comunidade, e como o nosso objetivo é apresentar exatamente esse processo em que a Ponta do Poço está sofrendo nos dias atuais, acredito que os dados pontuais de Krelling (2004), nesse momento, como a história fazem parte do recente, porém que vale a pena ser lembrado, até mesmo para reiterar a ideia de que a Ponta do

Poço é uma comunidade tradicional e como tal, possui uma legislação de proteção da mesma.

Os dados da entrevista aplicada para uma das últimas famílias que resistem e residem no balneário, entrevistamos a família que herdou do pai Arlindo Dias da Silva a paixão pela pesca, desde o carinho na produção da tarrafa, até a relação com o meio ambiente encantados com sua simplicidade e beleza.

Com as respostas fomos capazes de produzir um apanhado histórico da comunidade, bem como os impactos sociais que a implantação do porto vai gerar aos moradores da comunidade da Ponta do Poço.

“No começo nós pescava para comer, caçava passarinho, plantava mandioca, mas aí começaram construir a Techint tiraram terra da gente disseram que ia ser melhor que empregar o pessoal, começo até empregava sabe, mas depois já mandava embora e o pior é que nossos peixes tava tudo comprometido, gente acreditou demais e agora a comunidade da Ponta do Poço se tornou mais um bordel do que um grupo social mesmo.”

Se faz possível observar na fala do entrevistado, que a Ponta do Poço teve um passado promissor para seus moradores, que viviam da pesca e da agricultura, porém devido a instalação da Techint na promessa de gerar empregos muitos moradores da Ponta do Poço foram remanejados para o que a prefeitura chamou de “Conjunto Habitacional”, esse conjunto habitacional ficava na entrada do Mangue Seco e para ajudar sempre que chovia rio que Beira essa localidade enche e alaga a vila inteira.

“Sabe antes de tudo isso, eu falo antes mesmo quando meu pai ia para Paranaguá comigo para vender nossos peixes, comprar misturas era um tempo bom naquela época eu nem sabia dizer o que é era, só sabia que aquela Terra era nosso que aquele mar a gente conseguia controlar porque de lá viu nossa alimentos sabe e aí de repente todo conhecimento que meu pai passou para mim e para os meus irmãos se tornou inútil porque a ponta do poço não tem mais área de pesca, se já tá assim agora eu não consigo imaginar uma luz dessas reuniões tentando impedir o porto, e no final nós sabe o dinheiro compra tudo, compra até a gente.”

Nesta fala podemos observar o desânimo da comunidade perante a atual situação da mesma, ignorada pela prefeitura, sem defesa, lutando contra um empresário.

“Vou lamenta muito saber que meus filhos não vão poder seguir as mesmas coisas que eu aprendi com meu pai, fazer tarrafa lança rede porque esse Porto vai acabar com os peixes sabe eu sei que eu já falei, mas pelo menos nesta techint a gente conseguia pescar uma coisa ou outra porque pela plataforma estar parada ela gerava alimento para o peixe vir, mas o porto não o porto vai só fazer com que o peixe se afaste devido a movimentação intensa dos navios eu sinto que (pausa) a gente não é forte o bastante para lutar sozinho político não vai querer lutar com nós então a gente vai morrer de fome e a cultura do pescador artesanal vai morrer junto com nós.”

Dentre todos os relatos que foram colhidos, esse foi um com maior impacto. Trata-se de um idoso com muito conhecimento tradicional, que tem consciência de vai acabar se esvaindo por conta de uma idéia de porto que não trará benefício para população temendo a extinção da Cultura Caiçara em Pontal do Sul, já que os moradores remanescentes, os poucos que ainda restam serão dizimados.

Quando perguntados sobre o conhecimento deles sobre as legislações que os protegem as respostas foram as mesmas, os mesmos sabem que elas existem, porém sabem que elas podem ser burladas, durante toda a entrevista, foi possível perceber a desesperança de alguma vitória sobre essa construção, já que os mesmos falavam muito e uma situação suscetível a venda. No pensamento deles o dinheiro pode fazer o que for, pode bloquear qualquer sanção ambiental e social que poderia protegê-los.

Desde 1995 foi criada a empresa “Porto Pontal Importação e Exportação LTDA”, cujo capital volta-se a construção do “Terminal Privado de Contêineres de Pontal do Paraná” (TCPP), o projeto que veio junto com a aprovação da lei federal 8690/1993 que facilitava e incentivava a exportação, dessa forma, fomentou a tentativa de criar um Porto Privado na Ponta do Poço, devido ao seu espaço geográfico, facilitaria muito o acesso e a criação de um porto, a legislação de 8690/1993. Segundo Ervilha et al. (2008), essa legislação foi criada no modelo da lógica neoliberal, ou seja, ela extinguiu o monopólio do mercado estatal.

Em 1993, com a aprovação da lei federal 8630/1993, conhecida como Lei de Modernização dos Portos, a exploração da atividade portuária deixou de ser monopólio estatal. Portanto, observa-se que pouquíssimo tempo após a atividade portuária deixar de ser exclusivamente pública o projeto de um terminal portuário privado em Pontal do Paraná já se solidificou. A lei federal 8630/1993 inaugurou no país um “programa de reestruturação da atividade portuária com base em conceitos como desestatização e leis de mercado, extinguindo o monopólio estatal de

exploração dos portos” (Ervilha et al., 2008, p. 58), ou seja, alinhando o modelo de regulação da atividade portuária à lógica neoliberal, que passou a orientar os governos brasileiros. Os objetivos da lei 8630/1993, só facilitaram a iniciativa da implementação do porto, como podemos ver:

a) descentralizar o sistema portuário; b) permitir que as operações portuárias e a movimentação de cargas fossem realizadas por agentes privados; c) fomentar a modernização portuária e o transporte marítimo de cargas; d) permitir a exploração de cargas de terceiros em Terminais de Uso Privativo (TUPs); e) promover a concorrência no seguimento para, em tese, levar à redução das tarifas de movimentação (...) f) promover a redução dos custos com trabalhadores portuários (Cruz, 2016, p. 3).

Em 2014, no governo de Beto Richa, o empreendedor do Porto Privado viu a chance de seu empreendimento ser enfim contemplado, já que o governador sinalizou a criação de uma rodovia que ligava Pontal do Sul à estrada principal, facilitando assim a entrada de caminhões de carga e descarga, porém junto com o forte movimento “Estrada já!”, vinham movimentos que mostravam como a implementação do Porto, bem como da estrada infringiam leis ambientais e gerariam problemas sociais a longo prazo para as comunidades, e ilhas ao redor.

Uma análise dos aspectos relacionados às comunidades tradicionais pesqueiras presentes no Estudo de Impacto Ambiental, apresenta dados importantes a ser compartilhado: o primeiro dado coletado que vale pontuar é a afirmação em um documento legal que haviam habitantes na Ponta do Poço desde os anos 20 do século XX, famílias que moravam em casa próximas e viviam de agricultura e pesca, ou seja, uma comunidade habitada por caiçaras.

O mesmo documento apresenta a ação Ação Popular nº 5000550-92.2014.4.04.7008, cuja qual tentava derrubar a construção do Porto na área da Ponta do Poço, porém a mesma afirmava que haviam populações indígenas e acabou se contradizendo, pois, a população que vive naquela região é composta sim por moradores que estão amparados por leis, mas não povos ameríndios e sim como comunidades tradicionais.

O documento fomenta essa afirmação, da Ponta do Poço como comunidade tradicional elencando aspectos dos moradores da localidade, com os aspectos obtidos na legislação como de uma comunidade tradicional, observe nesse fragmento retirado da Análise

"A maior parte dos pescadores do litoral paranaense e da AID se pode considerar população tradicional. Porém devem-se esclarecer duas coisas. A primeira, que nem todos os pescadores artesanais presentes são portadores desses elementos tradicionais, havendo uma proporção, não fácil de determinar, de pessoas que se têm incorporado à atividade em períodos recentes, como uma estratégia de sobrevivência, a partir de situações de desemprego e pobreza. A segunda, que não todos os pescadores do litoral paranaense, nem da AID, são artesanais, havendo um setor mais industrial, que possui um nível importante de acumulação de capital, utiliza tecnologias mais complexas, e onde as relações de produção se estabelecem entre os proprietários das embarcações e dos apetrechos e pescadores contratados por estes para realizar a pesca, com maior divisão técnica do trabalho e especialização, caracterizando relações propriamente capitalistas. (Estudo de Impacto Ambiental, AMB Planejamento Ambiental e Biotecnologia Ltda, v. 5, p. 431).

Pensando que os moradores locais, apresentam aspectos de pesca artesanal e o conhecimento disseminado entre ancestrais entre outros elementos que apresentamos na parte em que visávamos explanar sobre o conhecimento tradicional e o poder de liberdade da identidade local, podemos sim, afirmar que a população resistente que vive naquela região é de caráter tradicional.

Ainda fomentando essa afirmação pudemos ver em duas partes do artigo como o saber tradicional faz parte do pertencer a comunidade tradicional, acreditando-se que o grande problema aqui, é a identidade local que não se faz reconhecida. O morador não tem noção que o mesmo é considerado caiçara e como tal existem legislações que visam cuidar e proteger dessas populações pois são um bem imaterial da nossa sociedade.

Sobre a implantação do Porto já estar afetando a pesca local, entrevistados responderam que por enquanto é mais o desespero, alguns deles que acompanharam às sessões da câmara sobre implementação do Porto e da estrada pensam que nesse momento a única coisa que afeta é o desespero da incerteza. Para eles, a mudança do gestor municipal não ajudou muito: "nós não sabemos se ele está do nosso lado não sabemos que lado ele escolheu até agora ele não veio falar conosco sobre isso e isso deixa fazer com que a nossa situação fique mais angustiante".

Quando a pergunta foi sobre as perdas que o porto trariam no sentido simbólico e financeiro todos ficaram um pouco abalados, eles já dizem que os jovens não querem seguir a profissão de pescador e trabalhar com a pesca artesanal, e que com esse Porto temem a escassez e a degradação da situação financeira. Eles mesmo dizem que a prefeitura nunca incentivou a pesca artesanal e que eles continuaram porque era uma cultura deles. Todos têm outros empregos e trabalho em

obras e marinas e a pesca é só mais um ganha-pão além do hobby favorito dos moradores locais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Krelling (2004) apresenta em seu trabalho uma análise socioeconômica da Ponta do Poço entre os anos 2000 e 2004, pensando no trabalho de Krelling (2004), bem como na análise dos aspectos relacionados às comunidades tradicionais pesqueiras presentes no "Estudo de Impacto Ambiental – EIA do Terminal Portuário localizado no município de Pontal do Paraná, PR", elaborado pela AMB Planejamento Ambiental e Biotecnologia Ltda, além da fala dos moradores atuais obtidas por meio deste estudo, podemos constatar que a Ponta do Poço é uma comunidade tradicional, e como tal existem legislações que protegem a mesma. Percebeu-se que o grande problema é o reconhecimento dos seus moradores como membros de comunidades tradicionais, para fazer o uso dessa legislação a comunidade deve possuir conhecimento e reconhecer sua identidade, se conhecer como tal e é o que percebemos que falta nos moradores para que eles façam da sua luta por permanência uma luta validada pelo Estado.

O principal objetivo do nosso trabalho era, através da voz do morador da Ponta do Poço apresentar os impactos sociais que a implementação do Porto traria aquelas famílias, acreditamos que mesmo não obtendo os dados da forma que esperávamos, conseguimos dar voz e visão para o povo que até então estava esquecido e ignorado e, de certo modo, conseguimos concluir este trabalho com a consciência de que principal nós fizemos, levamos informações a eles.

Realizamos a troca de conhecimentos e tivemos a oportunidade de conhecer uma parte da história de Pontal do Paraná que até então era ignorada esquecida, Pontal do Paraná que foi povoada por indígenas e caiçaras. Caiçaras que deram início na Ponta do Poço aos primeiros povoados de Pontal do Paraná. Não importa o quanto seja ignorado seja aquele pedaço de terra, atualmente ele faz parte fundamental na história deste município assim como os seus moradores. Cabe a nós gestores ambientais termos uma visão socioambiental e antropológica de qualquer localidade que formos trabalhar, porque além dos impactos ambientais, os impactos de uma

comunidade, sua riqueza, seu ganha pão e principalmente sua biblioteca humana de conhecimentos, não devem nunca passar despercebidos pelos nossos olhos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS

Adams, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista Antropológica*, São Paulo, v. 43, n. 1, 2000b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v43n1/v43n1a04>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Caiçaras na mata atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume, 2000a.

Arruda, R. S. V Diegues, A. C. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

Bigarella, J. J. Matinho: Homem e Terra - Reminiscências. 2. ed. Matinhos, PR: Prefeitura Municipal de Matinhos Fundação João José Bigarella para Estudos e Conservação da Natureza, 1999.

BIOTECNOLOGIA LTDA., AMB Planejamento Ambiental e. Análise dos aspectos relacionados às comunidades tradicionais pesqueiras presentes no "Estudo de Impacto Ambiental – EIA do Terminal Portuário localizado no município de Pontal do Paraná, PR".

BRASIL. Constituição Federal 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

_____. Decreto 6040. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

CAOP. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, [s. l.], 24 mar. 2021.

Cruz, W. L. de M. O complexo portuário do Itajaí: o papel das políticas institucionais, dos investimentos em infraestruturas e das empresas de transportes e logística na dinâmica de movimentação de cargas. In: *Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE*. Dourados: UFGD, 2015.

Diegues, A. C. S. 1988 Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras, São Paulo, NUPAUB-USP, Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 5.

Ervilha, R.; Dalto, E. J.; Suertegaray, A. F. Impactos da lei 8.630 sobre a infra-estrutura de terminais de contêineres e na viabilização da navegação de cabotagem no Brasil. In: Transportes, v. XVI, n. 1, p. 56-66, junho. ANPET, 2008.

Farias, D. S. E. Uma aventura pela pré-história do Paraná. Tubarão: Humaitá, 2013.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. 1992 Dossiê Mata Atlântica 1992, São Paulo.

Ferreira, L. da C. 2004. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2004000100004&script=sci_abstract&tIng=pt> Acesso em: 10 mar. 2021

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa social. 6ª ed.- 2. reimpr.- São Paulo: Atlas, 2009.

Krelling, Allan Paul. **Caracterização sócio-ambiental da Ponta do Poço, Pontal do Paraná (PR)**. 2014. Monografia, Ciências do Mar, UFPR, 2014.

Magnani, J. G. O velho e bom caderno de campo. Revista Sexta Feira, n. 1, p. 8-12, mai. 1997.

Manzini, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

Malinowski, B. Um diário no sentido estrito do termo. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Minayo, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: _____. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Myers, N.; Mittermeier, R. A.; Mittermeier, C. G.; Fonseca, G. A. B.; Kent, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. Nature, 403, p. 853-858, 2000.

Pierri, N.. Historia del desarrollo sustentable. In: Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable. FOLADORI, Guillermo. PIERRI, Naina (coord.). México, DF: UAZ, 2005.

Pierri, N. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 8, p. 25-41. Curitiba: UFPR, 2003.

Roderjan, C.V; Galvão, F.; Kuniyoshi, Y. S. & Hatschbach, G. G. As unidades fitogeográficas do estado do Paraná, Brasil. *Ciência & Ambiente* 13: 75-92, 2002.

Sampaio, T. 1987 O tupi na geografia nacional, Brasileira.

Ortiz, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2003.

Pilan, C. R. O caiçara de Ubatuba : Transformações históricas de sua identidade coletiva e proposta de auto transformação como alternativa para sua sobrevivência. 1. ed. [S.l.: s.n.], 2006. 77 p. Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/17149/1/O%20caicara%20de%20Ubatuba.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

Sachs, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Rougeulle, M. D. 1989 Pescas artesanais de Guaraqueçaba. In: encontro de ciências sociais e o mar, 3, 1989, São Paulo, Coletânea dos Trabalhos Apresentados. São Paulo, PCAUB/IOUSP/F.FORD/UICN, 1989. p. 281-88.

Sanches, R. A. 1997 *Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins (Litoral Sul — São Paulo)*, dissertação, Universidade de São Paulo.